

# Judith Butler

## CORPOS QUE IMPORTAM

Os limites discursivos do "sexo"

M-1  
edições



crocodilo



**CORPOS QUE IMPORTAM**

# Judith Butler

## CORPOS QUE IMPORTAM

Os limites discursivos do “sexo”

ISBN 978-65-81097-04-2

### **n-1 edições**

Embora adote a maioria dos usos editoriais do âmbito brasileiro, a n-1 edições não segue necessariamente as convenções das instituições normativas, pois considera a edição um trabalho de criação que deve interagir com a pluralidade de linguagens e a especificidade de cada obra publicada.

COORDENAÇÃO EDITORIAL Peter Pál Pelbart  
e Ricardo Muniz Fernandes

DIREÇÃO DE ARTE Ricardo Muniz Fernandes

ASSISTENTE EDITORIAL Inês Mendonça

TRADUÇÃO Veronica Daminelli e Daniel Yago Françaoli

PREPARAÇÃO Cristina Yamazaki

REVISÃO TÉCNICA Daniel Yago Françaoli, Carla Rodrigues  
e Pedro Taam

REVISÃO DE PROVA Flavio Taam

PROJETO GRÁFICO Érico Peretta

### **crocodilo edições**

CORPO EDITORIAL Clara Barzaghi  
e Marina Barzaghi de Laurentiis

*A reprodução parcial deste livro sem fins lucrativos,  
para uso privado ou coletivo, em qualquer meio impresso  
ou eletrônico, está autorizada, desde que citada a fonte.  
Se for necessária a reprodução na íntegra, solicita-se  
entrar em contato com os editores.*

1ª edição | Impresso em São Paulo | novembro, 2019

**n-1edicoes.org**  
**www.crocodilo.site**

# Judith Butler

## CORPOS QUE IMPORTAM

Os limites discursivos do “sexo”

TRADUÇÃO

Veronica Daminelli e Daniel Yago França

M-1  
edições



crocodilo



|     |   |
|-----|---|
| 06  | Agradecimentos  |
| 08  | Prefácio  |
| 14  | Introdução  |
| 54  | CORPOS QUE IMPORTAM   |
| 106 | O FALO LÉSBICO E O IMAGINÁRIO<br>MORFOLÓGICO                      |
| 164 | IDENTIFICAÇÃO FANTASMÁTICA E<br>A ASSUNÇÃO DO SEXO                |
| 208 | <i>GENDER IS BURNING</i> : QUESTÕES DE<br>APROPRIAÇÃO E SUBVERSÃO |
| 240 | “CRUZAMENTO PERIGOSO”: OS NOMES<br>MASCULINOS DE WILLA CATHER     |
| 280 | PASSAR-SE, ESTRANHAR: O DESAFIO<br>PSICANALÍTICO DE NELLA LARSEN  |
| 312 | DISCUTINDO COM O REAL   |
| 368 | CRITICAMENTE <i>QUEER</i>   |

## Agradecimentos

Agradeço mais uma vez a Maureen MacGrogan pelo interesse e pelo apoio a este livro, com sua generosidade e inteligência características. Meu apreço de longa data também vai para Joan W. Scott, pela maneira incisiva com que apoiou o projeto, pela leitura excelente de todo o texto e pela grande amizade. Tenho a sorte de ter excelentes leitoras, como Drucilla Cornell, Elizabeth Grosz e Margaret Whitford – suas críticas às versões anteriores do texto foram extremamente úteis. Agradeço também aos alunos de meu seminário na Cornell University pelas conversas estimulantes no segundo semestre de 1991, quando este projeto começou a tomar forma. A equipe de produção da editora Routledge foi também extremamente prestativa durante todo esse processo. Uma série de colegas e alunos ajudou na reflexão sobre o texto, às vezes lendo rascunhos e oferecendo críticas excelentes ou ajudando na produção do original: Elizabeth Abel, Bice Benvenuto, Teresa Brennan, Alexandra Chasin, William Connolly, Karin Cope, Peter Euben, Carla Freccero, Nelly Furman, Jonathan Goldberg, Simon Goldhill, Donna Haraway, Susan Harding, Gail Hershatter, Morris Kaplan, Debra Keates, Biddy Martin, Bridget McDonald, Mandy Merck, Michael Moon, Naomi Schor, Eve Kosofsky Sedgwick, Josh Shapiro, James Swenson, Jen Thomas, Tim Walters, Dave Wittenberg e Elizabeth Weed. Agradeço a Eloise Moore Agger por seu jeito irresistível; a Linda L. Anderson, Inès Azar, Fran Bartkowski, Robert Gooding-Williams, Jeff Nunokawa, Mary Poovey e Eszti Votaw pelas amizades indispensáveis. Agradeço a Wendy Brown por se comprometer com meu pensamento de forma minuciosa e crítica; e pela persuasão cuidadosa que me ajudou a rever algumas de minhas posições prévias para melhor atender e esclarecer meus próprios objetivos.

Este projeto contou com várias formas de apoio institucional pelas quais sou muito grata. Três capítulos foram apresentados em versões mais curtas no primeiro semestre de 1992 nas Beckman Lectures, no Departamento de Inglês da Universidade da Califórnia em Berkeley. Estou muito feliz por ter tido a oportunidade de aprender com colegas e estudantes da UC-Berkeley. No segundo semestre de 1991, como membro sênior da Sociedade de Humanidades da Universidade Cornell, recebi precioso retorno sobre este projeto, tanto da faculdade quanto dos alunos. Agradeço a Jonathan Culler por apoiar minha investigação de várias maneiras, incluindo seu convite para estar no Instituto de Pesquisas de Humanidades na UC em Irvine, em abril de 1992.

Meus alunos da Universidade Johns Hopkins foram interlocutores inestimáveis. E meus colegas do Centro Ciências Humanas da Johns Hopkins University, além de apoiarem minha pesquisa, forneceram uma vida intelectual rica e interdisciplinar pela qual sou muito grata.

Este livro foi escrito em memória daqueles amigos e familiares que perdi nos últimos anos: meu pai, Dan Butler; minha avó, Helen Greenberger Lefkovich; minhas amigas, Linda Singer e Kathy Natanson. E também para o grupo de colegas que enriquecem, apoiam e recebem esta obra tal como ela é.

# Prefácio

Comecei a escrever este livro tentando considerar a materialidade do corpo, para logo descobrir que pensar a materialidade invariavelmente me levava a outros domínios. Tentei me sujeitar à disciplina de permanecer no tema, mas descobri que não poderia fixar corpos como simples objetos do pensamento. Além de os corpos tenderem a indicar um mundo além deles mesmos, esse movimento para além de sua delimitação, movimento do próprio limite, também pareceu ser bastante fundamental para mostrar o que os corpos “são”. Continuei perdendo o controle do tema. Demonstrei ser resistente à disciplina. Inevitavelmente, comecei a considerar que talvez essa resistência fosse essencial ao que tinha em mãos.

Contudo, ainda em dúvida, refleti que essa hesitação poderia ser a dificuldade vocacional dos formados em filosofia, que estão sempre algo distantes da corporeidade, e que tentam, de forma desencarnada, demarcar terrenos corporais: eles invariavelmente deixam escapar o corpo, ou pior, escrevem contra o corpo. Às vezes, esquecem que “o” corpo vem em gêneros. Mas talvez haja agora outra dificuldade, depois uma geração de escritas feministas que tentou, com maior ou menor sucesso, trazer o corpo feminino para dentro da escrita, escrever o feminino de maneira próxima ou direta, às vezes mesmo sem qualquer preposição ou marcador linguístico de distância entre a escritura e o escrito. Talvez seja apenas uma questão de aprender uma maneira de ler essas traduções problemáticas, mas, mesmo assim, alguns de nós acabamos voltando para pilhar os prestativos destroços do *logos*.

Teorizar a partir das ruínas do *logos* convida à seguinte pergunta: “E quanto à materialidade do corpo?” Na verdade, no passado recente, a questão me foi várias vezes formulada desta maneira: “E quanto à materialidade do corpo, *Judy*”? Acreditei que a adição de “*Judy*” foi um esforço para desalojar-me da

“Judith” mais formal e para lembrar-me de uma vida corporal que não poderia ser teorizada à distância. Havia certa exasperação na escolha desse diminutivo final, certa qualidade paternalista que me (re)constituía como uma criança rebelde, alguém que precisava ser obrigada a trabalhar, trazida de volta para o ser corporal que é, afinal, considerado o mais real, o mais urgente, o mais inegável. Talvez esse tenha sido um esforço para recordar-me de uma feminilidade aparentemente esvaziata, uma feminilidade que foi constituída naquele momento em meados dos anos 1950, quando a figura de Judy Garland, inadvertidamente, produziu uma série de “Judys” cujas apropriações e descarrilhamentos posteriores não poderiam ter sido previstos. Ou talvez alguém tivesse esquecido de me ensinar “os fatos da vida”? Ou estava eu perdida em meus próprios devaneios imaginários quando aquela conversa vital ocorria? E, se persisti nessa noção de que os corpos foram de alguma forma *construídos*, talvez eu realmente tenha pensado que palavras solitárias tivessem o poder de elaborar corpos com base em suas próprias substâncias linguísticas?

Ninguém poderia simplesmente ter me dado um toque?

Tudo ficou ainda pior, se não mais distante, com as questões levantadas pela noção de performatividade de gênero introduzida em *Problemas de gênero*.<sup>1</sup> Porque, se eu tivesse argumentado que os gêneros são performativos, isso poderia significar que eu pensava que uma pessoa acorda de manhã, examina o armário ou algum outro espaço mais aberto para o gênero de escolha, veste o gênero para aquele dia e, então, recoloca a peça de roupa em seu lugar à noite. Tal sujeito voluntarioso e instrumental,

1 Judith Butler, *Gender Trouble Feminism and the Subversion of Identity*. (New York: Routledge, 1990) [Ed. bras.: *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*, trad. de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. 1ª. edição].

aquele que *decidiria seu gênero*, claramente não pertence a seu gênero desde o início e fracassa em perceber que sua existência já está previamente *decidida pelo gênero*. Certamente, tal teoria poderia restaurar a figura de um sujeito – humanista – que toma decisões a partir do centro de um projeto cuja ênfase na construção parece ser bastante oposta a tal noção.

Mas, se não há o sujeito que decida seu gênero e se, pelo contrário, o gênero é parte do que decide o sujeito, como se poderia formular um projeto que preserve as práticas de gênero como locais de agenciamento crítico? Se o gênero é construído por meio de relações de poder e, especificamente, por restrições normativas que não só produzem, mas também regulam vários seres corporais, como poderia o agenciamento ser derivado dessa noção de gênero como efeito da restrição produtiva? Se o gênero não é um artifício para ser colocado ou retirado à vontade e, portanto, não é um efeito de escolha, como podemos entender o estatuto constitutivo e compulsório das normas de gênero sem cair na armadilha do determinismo cultural? Como podemos entender a repetição ritualizada pela qual essas normas produzem e estabilizam não só os efeitos de gênero, mas também a materialidade do sexo? E essa repetição, essa rearticulação, pode também constituir a ocasião para uma reformulação crítica das normas de gênero aparentemente constitutivas?

Alegar que a materialidade do sexo é construída por uma repetição ritualizada de normas dificilmente seria um argumento evidente por si mesmo. De fato, nossas noções habituais de “construção” parecem frustrar o entendimento de tal alegação. Com certeza, corpos vivem e morrem, comem e dormem, sentem dor e prazer, suportam doença e violência; e esses “fatos”, alguém poderia proclamar com ceticismo, não podem ser rejeitados como mera construção. Deve haver algum tipo de necessidade que acompanha essas experiências primárias e

irrefutáveis. E decerto há. Mas a irrefutabilidade dos fatos de modo algum compromete o que poderia significar afirmá-los por meios discursivos. Além disso, por que se entende o que é construído como artificial e dispensável? O que deveríamos fazer com as construções sem as quais não seríamos capazes de pensar, de viver, de dar sentido a tudo, coisas que para nós, de algum modo, se fizeram necessárias? Seriam certas construções do corpo constitutivas no sentido de que não poderíamos agir sem elas, ou que sem elas não haveria nenhum “eu”, nenhum “nós”? Pensar o corpo como construído demanda repensar o significado da construção em si. E, se certas construções parecem constitutivas, isto é, têm esse caráter de ser isso “sem o qual” não poderíamos pensar de todo, poderíamos sugerir que os corpos apenas surgem, apenas perduram e apenas vivem dentro das restrições produtivas de certos esquemas de gênero altamente regulatórios.

Dada essa compreensão da construção como restrição constitutiva, seria ainda possível levantar a questão crítica de como tais restrições não só produzem o domínio de corpos inteligíveis, mas também produzem um domínio de corpos impensáveis, abjetos, inabitáveis? Esse último domínio não é oposto ao primeiro domínio, pois oposições são, afinal, parte da inteligibilidade; o último é o domínio excluído e ilegível que assombra o domínio antecedente como o espectro de sua própria impossibilidade, o próprio limite para a inteligibilidade, seu exterior constitutivo. Como, então, poderiam se alterar os próprios termos que constituem o domínio “necessário” dos corpos, tornando impensável e inabitável o outro domínio de corpos, aqueles que não importam [*matter*]<sup>2</sup> da mesma maneira?

2 O jogo semântico que a autora faz com a palavra *matter* em inglês, que significa, ao mesmo tempo, “matéria”, o verbo “importar” e “o assunto do qual se

O discurso da “construção”, que tem circulado sobretudo na teoria feminista, talvez não seja muito adequado para essa tarefa. É insuficiente argumentar que não há “sexo” pré-discursivo que atue como ponto estável de referência no qual – ou em relação ao qual – a construção cultural de gênero se realiza. Reivindicar que sexo é desde sempre gênero, desde sempre construído, ainda não é o mesmo que explicar de que forma a “materialidade” do sexo é produzida à força. Quais são as limitações pelas quais os corpos são materializados como “sexuados” e como devemos entender a “questão” [*matter*] do sexo, e dos corpos de modo mais geral, como a circunscrição repetida e violenta da inteligibilidade cultural? Quais corpos importarão [*matter*]– e por quê?

Ofereço este texto, então, em parte como forma de reconsiderar algumas seções de meu livro *Problemas de gênero* que causaram confusão, mas também como um esforço para pensar mais sobre o funcionamento da hegemonia heterossexual na criação de matérias [*matters*] sexuais e políticas. Como uma rearticulação crítica de várias práticas teóricas, incluindo os estudos feministas e *queer*, esta obra não pretende ser programática. E, ainda, como uma tentativa de esclarecer minhas “intenções”, ela também parece destinada a produzir novos conjuntos de mal-entendidos. Espero que, ao menos, eles se provem produtivos.

---

trata”, não pode ser plenamente vertido ao português. Assim, roga-se ao leitor que tenha em mente essa polissemia, que congrega, nesses três campos semânticos, os três eixos principais da obra: a materialidade do corpo, sua potência ou importância política e sua colocação em discurso. [N. R.]

# Introdução

Por que nosso corpo deveria terminar na pele ou, na melhor das hipóteses, ser encapsulado por pele?

DONNA HARAWAY, *Manifesto ciborgue*

Se pensamos realmente no corpo como tal, não existe esboço possível do corpo. Existem pensamentos da sistematicidade do corpo, há codificações de valor sobre o corpo. O corpo, como tal, não pode ser pensado, e eu, com certeza, não posso acessá-lo.

GAYATRI CHAKRAVORTY SPIVAK,  
“In a Word”, entrevista a Ellen Rooney

Não há natureza, apenas os efeitos da natureza: desnaturalização ou naturalização.

JACQUES DERRIDA, *Donner le temps*

Há alguma maneira de vincular a questão da materialidade do corpo à performatividade de gênero? Como a categoria “sexo” figura no interior dessa relação? Consideremos primeiramente que a diferença sexual é muitas vezes invocada como uma questão de diferenças materiais. Entretanto, a diferença sexual é sempre uma função de diferenças materiais que são, de alguma forma, marcadas e formadas por práticas discursivas. Ao mesmo tempo, alegar que diferenças sexuais são indissociáveis das demarcações discursivas não é o mesmo que afirmar que o discurso produz a diferença sexual. A categoria “sexo” é, desde o início, normativa; é o que Foucault chamou de “ideal regulatório”. Nesse sentido, então, “sexo” não só funciona como norma, mas também é parte de uma prática regulatória que produz os corpos que governa, ou seja, cuja força regulatória é evidenciada como um tipo de poder produtivo, um poder de produzir – demarcar, circular, diferenciar – os corpos que controla. Assim, “sexo” é um ideal regulatório cuja materialização se impõe e se

realiza (ou fracassa em se realizar) por meio de certas práticas altamente reguladas. Em outras palavras, “sexo” é um constructo ideal forçosamente materializado ao longo do tempo. Não se trata de um simples fato ou uma condição estática do corpo, mas de um processo no qual normas regulatórias materializam o “sexo” e alcançam essa materialização com uma reiteração forçada dessas normas. Que essa reiteração seja necessária é um sinal de que a materialização nunca está completa, de que os corpos nunca estão suficientemente completos, de que os corpos nunca cumprem completamente as normas pelas quais se impõe sua materialização. De fato, são as instabilidades, as possibilidades para rematerialização abertas por esse processo, que marcam um domínio em que a força da lei regulatória pode voltar-se contra si própria, gerando rearticulações que ponham em causa sua força hegemônica.

Mas como, então, a noção de performatividade de gênero se relaciona com essa concepção de materialização? Em primeiro lugar, a performatividade deve ser entendida não como um “ato” singular ou deliberado, mas como uma prática reiterativa e citacional por meio da qual o discurso produz os efeitos daquilo que nomeia. O que espero que fique claro no que se segue é que as normas regulatórias do “sexo” trabalham de forma performativa para constituir a materialidade dos corpos e, mais especificamente, para materializar o sexo do corpo, para materializar a diferença sexual a serviço da consolidação do imperativo heterossexual.

Nesse sentido, o que constitui a fixidez do corpo, seus contornos, seus movimentos, será algo totalmente material desde que a materialidade seja repensada aqui como o efeito do poder, como o efeito mais produtivo do poder. Não há forma alguma de entender o “gênero” como um constructo cultural imposto sobre a superfície da matéria, seja ela entendida como “o corpo”

ou como seu suposto sexo. Ao contrário, uma vez que o “sexo” em si é entendido em sua normatividade, a materialidade do corpo já não pode ser pensada separadamente da materialização dessa norma regulatória. Portanto, o “sexo” é não apenas o que se tem ou uma descrição estática do que se é: será uma das normas pelas quais o “sujeito” pode chegar a ser totalmente viável, o que qualifica um corpo para a vida dentro do domínio da inteligibilidade cultural.<sup>1</sup>

Em tal reformulação da materialidade dos corpos, os seguintes sentidos estão em jogo: (1) a reformulação da matéria dos corpos como o efeito de uma dinâmica de poder, de modo que a matéria dos corpos seja indissociável das normas regulatórias que governam sua materialização e a significação desses efeitos materiais; (2) a compreensão da performatividade não como o ato em que um sujeito traz à existência o que nomeia, mas como esse poder reiterativo do discurso para produzir os fenômenos que regula e impõe; (3) a construção do “sexo” não mais como um dado corporal sobre o qual a construção de gênero é artificialmente imposta, mas como uma norma cultural que rege a materialização dos corpos; (4) uma reconsideração do processo pelo qual *um sujeito* assume, se apropria, adota uma norma corporal não como algo a que, estritamente falando, ele *se submete*, mas como uma etapa pela qual o sujeito, o “eu” falante, é formado em virtude de ter passado por esse processo de assumir um sexo; e (5) uma ligação entre esse processo de “assumir” um sexo com a questão da *identificação* e com os meios discursivos pelos quais o imperativo heterossexual permite certas

1 Obviamente, o sexo não é a única norma pela qual os corpos se tornam materializados, e não está claro se o “sexo” pode operar como uma norma independentemente de outras exigências normativas sobre os corpos. Isso se tornará claro nas partes posteriores deste texto.

identificações sexuadas e forclui ou nega outras identificações. Desse modo, essa matriz excludente pela qual os sujeitos são formados requer a produção simultânea de um domínio de seres abjetos, aqueles que ainda não são “sujeitos”, mas que formam o exterior constitutivo do domínio do sujeito. O abjeto<sup>2</sup> designa aqui precisamente aquelas zonas “não-vivíveis” e “inabitáveis” da vida social que, não obstante, são densamente povoadas por aqueles que não alcançam o estatuto de sujeito, mas cujo viver sob o signo do “inabitável” é necessário para circunscrever o domínio do sujeito. Essa zona de inabitabilidade vai constituir o limite que circunscreve o domínio do sujeito; ela constituirá esse lugar de pavorosa identificação contra a qual – e em virtude da qual – o domínio do sujeito circunscreverá sua própria reivindicação por autonomia e vida. Nesse sentido, o sujeito é constituído por meio da força de exclusão e abjeção que produzem um exterior constitutivo para ele um exterior abjeto que é, afinal, “interior” ao sujeito como seu próprio repúdio fundacional.

2 A abjeção (em latim, *ab-jicere*) significa, literalmente, rejeitar, repudiar, expulsar e, portanto, pressupõe e produz um domínio de agência ou ação a partir do qual se estabelece a diferença. Aqui a ideia de rejeição evoca a noção psicanalítica de *Verwerfung*, que implica uma forclusão fundadora do sujeito e que, conseqüentemente, estabelece a fragilidade dessa fundação. Enquanto a noção psicanalítica de *Verwerfung*, traduzida como “forclusão”, produz a sociabilidade por meio do repúdio de um significante primário que produz o inconsciente ou, na teoria de Lacan, o registro do real, a noção de *abjeção* designa um estado degradado ou excluído dentro dos termos da sociabilidade. De fato, aquilo que é forcluído ou repudiado nos termos psicanalíticos é precisamente o que não pode retornar ao campo do social sem provocar a ameaça da psicose, isto é, a dissolução do próprio sujeito. Quero propor que certas zonas abjetas dentro de sociabilidade também oferecem essa ameaça, constituindo zonas inabitáveis que o sujeito, em sua fantasia, supõe serem uma ameaça à sua própria integridade com a perspectiva de uma dissolução psicótica (“Eu preferiria morrer a fazer ou ser isso!”). Ver o texto sobre “forclusão” em Jean Laplanche e J.-B. Pontalis, *Vocabulaire de la psychanalyse*. Paris: Presses Universitaires de France, 1967, pp. 163-167 [Ed. bras.: *Vocabulário da psicanálise*. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2014].

A formação de um sujeito requer identificação com o fantasma normativo do “sexo”, e essa identificação toma lugar mediante um repúdio que produz um domínio de abjeção, um repúdio sem o qual o sujeito não pode emergir. Esse é um repúdio que cria uma valência de “abjeção” e sua condição para o sujeito como um espectro ameaçador. Além disso, a materialização de um determinado sexo vai se preocupar sobretudo com a *regulação das práticas identificatórias* de tal forma que a identificação com a abjeção de sexo será persistentemente repudiada. E, ainda assim, essa abjeção repudiada ameaçará expor as presunções fundadoras do sujeito sexuado, fundado como sujeito por um repúdio cujas consequências ele não pode controlar de todo. A tarefa será considerar essa ameaça e essa perturbação não como contestações permanentes das normas sociais condenadas ao *pathos* do eterno fracasso, mas como um recurso crítico na luta para rearticular os próprios termos de legitimidade e inteligibilidade simbólicas.

Por último, a mobilização das categorias de sexo no discurso político será assombrada, de certa forma, pelas próprias instabilidades que as categorias efetivamente produzem e forçuem. Embora os discursos políticos que mobilizam as categorias de identidade tendam a cultivar identificações a serviço de um objetivo político, pode ocorrer que a persistência de *desidentificação* seja igualmente crucial para a rearticulação da contestação democrática. De fato, talvez seja exatamente por meio de práticas que reforçam a desidentificação para com essas normas regulatórias – mediante as quais a diferença sexual é materializada – que tanto a política feminista como a política *queer* estão mobilizadas. Tais desidentificações coletivas podem facilitar a reconceitualização de quais corpos importam [*matter*] e que corpos ainda estão por emergir como matéria crítica de interesse.

## DA CONSTRUÇÃO PARA A MATERIALIZAÇÃO

A relação entre cultura e natureza suposta por alguns modelos de “construção” de gênero implica uma cultura ou um agenciamento social que atue sobre uma natureza que, em si mesma, é suposta como superfície passiva, fora do social, e também sua contrapartida necessária. Uma questão que as feministas levantaram, então, é se o discurso que figura a ação de construção como um tipo de carimbo ou imposição não seria, na verdade, tacitamente machista, enquanto a figura da superfície passiva, à espera do ato de penetração pelo qual o significado é dado, não seria tacitamente ou – talvez – bastante obviamente feminina. Estaria o sexo para o gênero como o feminino está para o masculino?<sup>3</sup>

Outras pesquisadoras feministas têm argumentado que o próprio conceito de natureza precisa ser repensado, pois o conceito de natureza tem uma história, e a figuração da natureza como página em branco e sem vida, como aquilo que é, por assim dizer, desde sempre morto, seria decididamente moderno, ligado talvez ao aparecimento de meios tecnológicos de dominação. De fato, algumas feministas têm sustentado que repensar a “natureza” como um conjunto de inter-relações dinâmicas serve tanto a objetivos feministas como a objetivos ecológicos (e, para algumas, produziu uma aliança, de outra forma improvável, com a obra de Gilles Deleuze). Essa reconsideração também põe em causa o modelo de construção em que o social age unilateralmente sobre o natural e o investe com seus parâmetros e seus significados. De fato, embora a distinção radical entre

3 Ver Sherry Ortner, “Is Female to Male as Nature is to Culture?”, in Michele Rosaldo; Louise Lamphere, *Woman, Culture, and Society*. (Stanford: Stanford University Press, 1974), pp. 67-88.

sexo e gênero tenha sido crucial para a versão do feminismo em Simone de Beauvoir, ela foi alvo de críticas nos anos mais recentes por degradar o natural como aquilo que é “anterior” à inteligibilidade, que necessita de uma marca, se não de um rastro, do social – para significar, para ser conhecido, para adquirir valor. Essa visão falha por não perceber que a natureza tem uma história que não é unicamente social, e também que o sexo é ambigualmente posicionado em relação a esse conceito e à sua história. O próprio conceito de “sexo” é um terreno problemático, formado por uma série de contestações sobre o que deveria ser critério decisivo para a distinção entre os dois sexos; o conceito de sexo tem uma história que é coberta pela figura do lugar ou da superfície de inscrição. No entanto, assim representado como local ou superfície, o natural também é construído como aquilo que carece de valor; além disso, assume seu valor ao mesmo tempo que assume seu caráter social, ou seja, ao mesmo tempo que essa natureza renuncia sua condição natural. Então, de acordo com esse ponto de vista, a construção social do natural pressupõe que o social anula o natural. Uma vez que se baseia nessa interpretação, a distinção sexo/gênero se dilui seguindo por linhas paralelas; se gênero é o significado social que o sexo assume em determinada cultura – e, devido a esse argumento, vamos deixar o “social” e o “cultural” em uma intermutabilidade inquieta – então, o que resta ao “sexo”, se é que resta alguma coisa, na medida em que ele adquiriu seu caráter social como gênero? O que está em jogo é o significado do termo “assunção”, quando ser “assumido” significa ser elevado a uma esfera superior, como em “A Assunção da Virgem Maria”. Se o gênero consiste nos significados sociais que o sexo assume, então o sexo não *acumula* significados sociais como propriedades aditivas, mas, em vez disso, é *substituído pelos* significados sociais que perpetua; no decurso dessa assunção, o sexo é abandonado e o

gênero emerge, mas não como um termo que absorve e desloca o “sexo”, a marca da sua plena consubstancialização no gênero ou aquilo que, de um ponto de vista materialista, poderia constituir uma completa *dessubstancialização*.

Quando a distinção sexo/gênero se une a uma noção de construtivismo linguístico radical, o problema se torna ainda maior, pois o “sexo”, definido como anterior ao gênero, será em si mesmo uma postulação, uma construção, oferecida pela linguagem como algo que é anterior à própria linguagem, anterior à construção. Mas esse sexo postulado como anterior à construção se converterá – em virtude de ter sido postulado – no efeito dessa mesma postulação, a construção de construção. Se o gênero é a construção social do sexo e se não há acesso a esse “sexo”, exceto por meio de sua construção, então parece que além de o sexo ser absorvido pelo gênero, o “sexo” se torna algo como uma ficção, talvez uma fantasia, retroativamente instalada em um local pré-linguístico para onde não existe acesso direto.

Mas seria certo afirmar que o “sexo” desaparece por completo, que é uma ficção sobre e contra o que é verdadeiro, que é uma fantasia sobre e contra o que é realidade? Ou essas próprias oposições precisariam ser repensadas de modo tal que, se o “sexo” é uma ficção, ele é uma ficção dentro de cujas necessidades vivemos, sem a qual a própria vida seria impensável? E se o “sexo” é uma fantasia, talvez seja um campo fantasmático que constitui o próprio terreno da inteligibilidade cultural? Reconsiderar tais oposições convencionais deveria ocasionar uma reconsideração do “construtivismo” em seu sentido usual?

A posição radical construtivista tende a produzir a premissa que refuta e ao mesmo tempo confirma seu próprio objetivo. Se tal teoria não pode levar em conta o sexo como um local ou uma superfície em que atua, então ela termina por supor o sexo como não construído e, assim, põe limites ao construtivismo

linguístico, inadvertidamente circunscrevendo o que permanece inexplicável internamente aos termos de construção. Se, no entanto, o sexo é uma premissa artificial, uma ficção, então o gênero não pressupõe um sexo sobre o qual atua, mas é o gênero que produz o equívoco de um “sexo” pré-discursivo, e o significado de construção se converte em monismo linguístico, segundo o qual tudo é somente e sempre linguagem. Então, o que se segue é um debate exasperado que estamos cansados de ouvir: (1) o construtivismo é reduzido a uma posição de monismo linguístico, segundo o qual a construção linguística é entendida como geradora e determinista. Podemos ouvir os críticos que fazem esta presunção: “Se tudo é discurso, o que acontece com o corpo?”; ou, (2) quando a construção é representada reduzida a uma ação verbal que parece pressupor um sujeito, podemos ouvir os críticos que se baseiam em tal presunção: “Se o gênero é construído, então quem está fazendo a construção?”; embora, é claro, (3) a formulação mais pertinente dessa questão seja a seguinte: “Se o sujeito é construído, então quem constrói o sujeito?” No primeiro caso, a construção tomou o lugar de uma agência divina que não só causa, mas compõe tudo que é seu objeto; é o performativo divino trazendo à existência e exaustivamente constituindo aquilo que nomeia, ou, ao contrário, é aquele tipo de menção transitiva que nomeia e inaugura de uma só vez. Desse ponto de vista da construção, para que algo seja construído ele deve ser criado e determinado por meio desse processo.

No segundo e no terceiro casos, as seduções da gramática parecem exercer grande influência; o crítico pergunta: “Não deveria ser um agente humano, um sujeito, quem guia o curso da construção?” Se a primeira versão do construtivismo supõe que a construção opera de modo determinista, fazendo paródia da agência humana, o segundo compreende que o construtivismo

supõe um sujeito voluntarista que cria seu gênero por meio de uma ação instrumental. Neste último caso, a construção é entendida como uma espécie de artifício manipulável, uma concepção que não só pressupõe um sujeito, mas que reabilita precisamente o sujeito voluntarista do humanismo que o construtivismo tem procurado, em certas ocasiões, pôr em causa.

Se o gênero é uma construção, deve haver um “eu” ou um “nós” que leve a cabo ou efetue a construção? Como pode haver uma atividade, um ato de construção, sem pressupor um agente que preceda e realize essa atividade? Como poderíamos explicar a motivação e a direção da construção sem tal sujeito? Como resposta, gostaria de sugerir que é necessário adotar certa desconfiança em relação à gramática para repensar a matéria sob uma luz diferente. Pois se o gênero é construído, ele não é necessariamente construído por um “eu” ou um “nós” anteriores à construção em qualquer sentido espacial ou temporal desse “antes”. Na verdade, não está claro se pode haver um “eu” ou um “nós” que não tenham sido submetidos, assujeitados ao gênero, se por atribuição de gênero entendemos, entre outras coisas, as relações de diferenciação pelas quais os sujeitos falantes vêm à existência. Assujeitado pelo gênero, mas também subjetivado por ele, o “eu” não precede nem sucede ao processo de atribuição de gênero, apenas emerge internamente a ele como a matriz das próprias relações de gênero.

Isso nos leva, assim, de volta à segunda objeção, aquela que afirma que o construtivismo forclui a capacidade de ação, impõe-se sobre a instância do sujeito e termina pressupondo a existência do sujeito que questiona. Afirmar que o sujeito é produzido em e como uma matriz generificada de relações não é livrar-se do sujeito, mas apenas perguntar pelas condições de sua emergência e operação. A “atividade” dessa atribuição de gênero não pode, estritamente falando, ser um ato ou uma

expressão humana, uma apropriação intencional, e certamente *não* se trata de assumir uma máscara; é a matriz através da qual todas as *disposições* prévias se tornam possíveis, sua condição cultural capacitadora. Nesse sentido, a matriz das relações de gênero é anterior ao surgimento do “humano”. Consideremos o caso da interpelação médica que (apesar de o surgimento da ultrassonografia ser recente) desloca uma criança de “bebê” para “menina” ou para “menino” e, nessa nomeação, a menina é “feminilizada” por essa denominação que a introduz no terreno da linguagem e do parentesco por meio da interpelação de gênero. Mas essa “feminilização” da menina não termina aí; pelo contrário, essa interpelação fundacional é reiterada por várias autoridades e ao longo de vários intervalos de tempo que reforçam ou contestam esse efeito naturalizado. A denominação é ao mesmo tempo um modo de configurar um limite e também de inculcar repetidamente uma norma.

Tais atribuições ou interpelações contribuem para o campo de discurso e poder que orquestra, delimita e sustenta aquilo que qualifica como “ser humano”. Vemos isso de forma mais clara nos exemplos desses seres abjetos que não parecem estar apropriadamente generificados; a própria humanidade deles é questionada. Na verdade, a construção do gênero opera apelando para meios de *exclusão*, de forma tal que o humano não só é produzido sobre e contra o inumano, mas por meio de um conjunto de forclusões, supressões radicais às quais se nega, estritamente falando, a possibilidade de articulação cultural. Portanto, não é suficiente afirmar que os seres humanos são construções, pois a construção do humano também é uma operação diferencial que produz o mais ou menos “humano”, o inumano, o humanamente inconcebível. Esses locais excluídos, ao se transformarem em seu exterior constitutivo, chegam a limitar o “humano” e a assombrar tais limites, por representarem a

possibilidade persistente de sua irrupção e de sua rearticulação.<sup>4</sup>

Paradoxalmente, a indagação sobre os tipos de supressões e exclusões por meio das quais a construção do sujeito opera já não é construtivismo, tampouco é essencialismo. Porque há um “exterior” ao que constrói o discurso, mas que não é um “exterior” absoluto, uma exclusão ontológica que excede ou contraria as fronteiras do discurso;<sup>5</sup> como um “exterior” constitutivo, é aquilo que só pode ser pensado – quando pode ser concebido – em relação a esse discurso, em e como suas fronteiras mais tênues. Assim, o debate entre o construtivismo e o essencialismo perde de vista por completo a questão da desconstrução, pois a questão nunca foi se “tudo é construído discursivamente”; esse ponto essencial, quando feito, pertence a uma espécie de monismo discursivo ou linguístico que recusa a força constitutiva da exclusão, do apagamento, da forclusão e da abjeção violentos e de seu retorno destrutivo dentro dos próprios termos de legitimidade discursiva.

E dizer que há uma matriz das relações de gênero que institui e sustenta o sujeito não significa afirmar que há uma matriz singular que age de maneira singular e determinista cujo efeito seja produzir um sujeito. Isso seria instalar a “matriz” na posição de sujeito dentro de uma formulação gramatical

4 Sobre enfoques diferentes, mas relacionados com essa problemática da exclusão, da abjeção e da criação do “humano”, ver Julia Kristeva, *Powers of Horror: An Essay on Abjection*, trad. de Leon Roudiez. New York: Columbia University Press, 1982; John Fletcher; Andrew Benjamin (orgs.), *Abjection, Melancholia and Love: The Work of Julia Kristeva*. New York; London: Routledge, 1990); Jean-François Lyotard, *The Inhuman: Reflections on Time*, trad. de Geoffrey Bennington; Rachel Bowlby. Stanford: Stanford University Press, 1991.

5 Para uma leitura muito provocante que mostra como o problema da referencialidade linguística está vinculado ao problema específico da referência aos corpos, e o que significa “referência” em tal caso, consultar Cathy Caruth, “The Claims of Reference”, *The Yale Journal of Criticism*, v. 4, n. 1, Autumn 1990, pp. 193-206.

que necessita ser repensada. De fato, a forma proposicional “o discurso constrói o sujeito” retém a posição de sujeito da formulação gramatical até mesmo quando inverte o lugar do sujeito e do discurso. A construção deve significar mais do que uma simples inversão de termos.

Há defensores e críticos da construção que interpretam essa posição seguindo pela via das linhas estruturalistas. Com frequência eles afirmam que existem estruturas que constroem o sujeito, forças impessoais – como a Cultura, o Discurso ou o Poder – nas quais esses termos ocupam o local gramatical do sujeito depois que o “humano” foi desalojado de seu lugar. Em tal visão, o lugar gramatical e metafísico do sujeito se conserva mesmo quando o sujeito que o ocupa parece mudar. Como resultado, a construção ainda é entendida como um processo unilateral iniciado por um sujeito prévio, fortalecendo a hipótese da metafísica do sujeito que diz que, onde há atividade, esconde-se por trás dele um sujeito iniciador e voluntário. Desse ponto de vista, o discurso ou a linguagem ou o social se personificam, e, na personificação, a metafísica do sujeito é reconsolidada.

Nessa segunda perspectiva, a construção não é uma atividade, mas um ato que ocorre uma vez e cujos efeitos são firmemente estabelecidos. Assim, o construtivismo fica reduzido ao determinismo e implica a evacuação ou o deslocamento da agência humana.

Esse ponto de vista influencia a leitura equivocada segundo a qual Foucault é criticado por “personificar” o poder: se o poder é mal-interpretado como um sujeito gramatical e metafísico, e se o local metafísico no discurso humanista tem sido o local privilegiado do ser humano, então o poder parece ter deslocado o ser humano como a origem da ação. Mas se a visão foucaultiana do poder é entendida como a ruptura e a subversão dessa gramática e dessa metafísica do sujeito, se o poder organiza a

formação e a sustentação dos sujeitos, então o poder não pode ser explicado partindo do próprio “sujeito” que é seu efeito. E aqui não seria mais adequado afirmar que o termo “construção” corresponde ao local gramatical do sujeito, pois construção não é nem um sujeito nem seu ato, mas um processo de reiteração através do qual emergem tanto os “sujeitos” como seus “atos”. Não há poder algum que atue, apenas uma atuação reiterada que se faz poder em virtude de sua persistência e instabilidade.

Gostaria de propor, no lugar dessas concepções de construção, um retorno à noção de matéria não como local ou superfície, mas como *um processo de materialização que se estabiliza, ao longo do tempo, para produzir o efeito de demarcação, de fixidez e de superfície que chamamos de matéria*. Que a matéria sempre esteja materializada é algo que, penso eu, deve ser analisado em relação aos efeitos produtivos e, de fato, materializantes do poder regulatório no sentido foucaultiano.<sup>6</sup> Assim, a questão não é mais de que forma o gênero é constituído como e por meio de certa interpretação do sexo (uma pergunta que deixa a “materialidade” do sexo fora da teorização), mas mediante que normas de regulação o próprio sexo é materializado. E de que maneira o fato de entendermos a materialidade do sexo como algo dado supõe e consolida as condições normativas para que se dê tal materialização?

Crucialmente, portanto, a construção não é nem um ato único, nem um processo causal iniciado por uma pessoa e que

6 Embora Foucault faça distinção entre o modelo jurídico e o modelo produtivo do poder em *História da sexualidade 1: a vontade de saber* (trad. de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. São Paulo: Paz e Terra, 2015), argumento que os dois modelos pressupõem a existência um do outro. A produção de um sujeito – seu assujeitamento (*assujétissement*) – é um dos meios para alcançar sua regulação. Sobre isso, ver meu texto “Sexual Inversions”, in Domna Stanton (org.), *Discourses of Sexuality*. Ann Arbor: University of Michigan Press, 1992, pp. 344-361.

culmina em um conjunto de efeitos fixos. A construção não apenas toma lugar *no* tempo, mas é em si um processo temporal que opera pela reiteração de normas; no decurso dessa reiteração, o sexo é produzido e ao mesmo tempo desestabilizado.<sup>7</sup> Como efeito sedimentado de uma prática reiterativa ou ritualizada, o sexo adquire seu efeito naturalizado e, ainda assim, é também em virtude dessa reiteração que lacunas e fissuras são abertas representando as instabilidades constitutivas de tais construções, como aquilo que escapa ou excede a norma, como aquilo que não pode ser inteiramente definido nem fixado pelo labor repetitivo da referida norma. Essa instabilidade é a possibilidade de *de*constituição no próprio processo de repetição, o poder que desfaz os próprios efeitos pelos quais o “sexo” é estabilizado, a possibilidade de pôr a consolidação das normas do “sexo” em uma crise potencialmente produtiva.<sup>8</sup>

7 Não se trata simplesmente de interpretar a performatividade como uma repetição de atos, como se os “atos” permanecessem intactos e idênticos a si mesmos na medida em que são repetidos no tempo, entendendo o “tempo” como algo externo aos próprios “atos”. Pelo contrário, um ato é em si mesmo uma repetição, uma sedimentação e um congelamento do passado que é precisamente forcluído por sua semelhança com o ato. Nesse sentido, um “ato” é sempre uma falha temporal de memória. Na análise que se segue, faço uso da noção lacaniana de que cada ato deve ser interpretado como uma repetição, a repetição do que não pode ser recordado, do que é irrecuperável e, portanto, do que constitui o espectro temível da desconstituição do sujeito. A noção de Derrida de iterabilidade, formulada em resposta à teorização dos atos da fala de John Searle e J. L. Austin, também implica que cada ato é em si mesmo uma recitação, a citação de uma cadeia prévia de atos que estão implícitos em um ato presente e que perpetuamente afastam de todo ato “presente” a sua condição de “atualidade”. Sobre isso, ver a nota 9 acerca da diferença entre uma repetição a serviço da fantasia de domínio (isto é, uma repetição de atos que constroem o sujeito e que são considerados como os atos construtivos ou que constituem um sujeito) e uma noção da compulsão de repetição, tomada da teoria de Freud, que rompe essa fantasia de domínio e define os seus limites.

8 A noção de temporalidade não deveria ser interpretada como uma simples sucessão de “momentos” distintos, todos igualmente distantes entre si. Tal mapeamento

---

espacial do tempo substitui determinado modelo matemático para o tipo de duração que resiste a tais metáforas espaciais. Os esforços para descrever ou nomear esse lapso temporal tendem a cair no mapeamento espacial, como argumentam filósofos de Bergson a Heidegger. Por isso, é importante destacar o efeito de *sedimentação* que a temporalidade da construção implica. Aqui o que são chamados de “momentos” não são unidades distintas e equivalentes de tempo, porque o “passado” é a acumulação e o congelamento de tais “momentos” até o ponto em que não é mais possível a distinção. Mas o passado também vai consistir naquilo que é recusado pela construção, os domínios do reprimido, do esquecido e do irremediavelmente forcluído. Aquilo que não é incluído – exteriorizado por limites e fronteiras – como um constituinte fenomenal do efeito sedimentado chamado de “construção” será tão crucial para sua definição como o que está incluído; essa exterioridade não é distinguível como um “momento”. De fato, a noção de “momento” pode muito bem ser nada mais do que uma fantasia retrospectiva de domínio matemático imposta sobre as durações interrompidas do passado.

Argumentar que a construção é fundamentalmente uma questão de iteração é fazer da modalidade temporal de “construção” uma prioridade. Na medida em que essa teoria requer uma espacialização do tempo por meio da postulação de momentos distintos e limitados, essa versão temporal da construção supõe uma espacialização da temporalidade em si mesma, o que pode ser, na esteira de Heidegger, entendido como a redução da temporalidade ao tempo.

A ênfase de Foucault sobre as relações *convergentes* de poder (que poderiam, de um modo experimental, serem contrastadas com a ênfase de Derrida sobre iterabilidade) implica um mapeamento das relações de poder que, no decurso de um processo genealógico, formam um efeito construído. A noção de convergência supõe tanto a ideia de movimento quanto de espaço; como resultado, ela parece iludir o paradoxo mencionado acima em que a própria representação da temporalidade requer a espacialização do “momento”. No entanto, o enfoque foucaultiano da convergência não teoriza plenamente sobre o que provoca o “movimento” mediante o qual convergem o poder e o discurso. Em certo sentido, o “mapeamento” do poder não basta para teorizar totalmente a temporalidade.

De modo significativo, a análise de Derrida sobre a iterabilidade deve ser distinguida da repetição simples na qual as distâncias entre os “momentos” temporais são entendidas como uniformes no que diz respeito à extensão espacial. A “distância entre momentos” de tempo não pode, nos termos de Derrida, ser espacializada ou delimitada como objeto identificável. É a *différance* não tematizável que corrói e contesta toda e qualquer reivindicação à identidade distinta, incluindo a identidade distinta do “momento”. O que diferencia os momentos não é uma duração espacialmente estendida, pois, se fosse, ela também contaria como um “momento” e, assim, não conseguiria explicar o que fracassa entre os momentos. Esse “entre”, que é ao mesmo tempo “entre” e “fora”, é algo como um espaço não-tematizável e um tempo não-tematizável que convergem.

Certas formulações da posição construtivista radical parecem produzir quase compulsivamente um momento de reiterada exasperação, pois parece que, quando o construtivista é interpretado como idealista linguístico, ele refuta a realidade dos corpos, a relevância da ciência, os fatos alegados de nascimento, envelhecimento, doença e morte. O crítico pode também suspeitar que o construtivista sofre de certa somatofobia e quer garantias de que esse teórico abstrato admitirá que há, no mínimo, partes, atividades e capacidades sexualmente diferenciadas, diferenças hormonais e cromossômicas que podem ser admitidas sem fazer referência à “construção”. Embora neste momento eu deseje oferecer uma garantia absoluta ao meu interlocutor, ainda prevalece certa ansiedade. “Admitir” a incontestabilidade do “sexo” ou sua “materialidade” implica sempre admitir alguma versão de “sexo”, certa formação de “materialidade”. Não seria o discurso no qual e por meio do qual ocorre essa concessão – e, sim, essa concessão invariavelmente ocorre – ele próprio formativo do fenômeno que admite? Afirmar que

---

A linguagem da construção foucaultiana inclui termos como “aumento”, “proliferação” e “convergência”, termos que supõem um domínio temporal não teorizado explicitamente. Parte do problema aqui é que, enquanto Foucault parece querer dar uma especificidade histórica a sua versão dos efeitos genealógicos, ele seria a favor da prioridade de um enfoque da genealogia anterior a um enfoque filosófico da temporalidade. Em “The Subject and the Power” (in: Hubert Dreyfus; Paul Rabinow (orgs.), *Michel Foucault: Beyond Structuralism and Hermeneutics*. Chicago: Northwestern University Press, 1983), Foucault se refere à “diversidade da [...] sequência lógica” que caracteriza as relações de poder. Ele teria, sem dúvida, rejeitado a linearidade aparente implícita nos modelos de iterabilidade que se vinculam com a linearidade dos modelos mais antigos da sequência histórica. E, no entanto, não recebemos uma especificação de “sequência”: seria a própria noção de “sequência” o que varia historicamente, ou o que varia são as configurações de sequência com a sequência em si mesma permanecendo invariável? De certa forma, ambas as posições negligenciam a formação social específica e a figuração da temporalidade. Aqui, pode-se consultar a obra de Pierre Bourdieu para entender a temporalidade da construção social.

o discurso é formativo não é o mesmo que afirmar que ele origina, causa ou compõe exaustivamente aquilo que concede; pelo contrário, significa que não há nenhuma referência a um corpo puro que não seja, ao mesmo tempo, uma formação adicional do referido corpo. Nesse sentido, não se nega a capacidade linguística para se referir aos corpos sexuados, mas se altera o próprio sentido de “referencialidade”. Em termos filosóficos, a proposição constativa é sempre performativa em algum grau.

Portanto, em relação ao sexo, se admitimos sua materialidade ou a do corpo, essa concessão operaria – performativamente – como uma forma de materializar o sexo? Além disso, como essa concessão repetitiva do sexo – que não precisa ter lugar na fala ou na escrita, mas que poderia estar “sinalizada” de forma mais rudimentar – vem a constituir a sedimentação e a produção desse efeito material?

O crítico moderado pode admitir que *alguma parte* do “sexo” é construída, mas que certamente outra parte não é e que, portanto, é natural sentir obrigação de não só traçar uma linha entre o que é e o que não é construído, mas de explicar como o “sexo” se apresenta em partes cuja diferenciação não é matéria de construção. Mas, à medida que se desenha essa linha de demarcação entre partes tão evidentes, o “não construído” torna-se mais uma vez delimitado por uma prática de significação, o próprio limite que deveria salvaguardar uma parte do sexo da mácula do construtivismo se define agora pela própria construção do anticonstrutivismo. A construção seria algo que acontece a um objeto já feito, a uma coisa dada de antemão e algo que acontece *em gradações*? Ou será que em ambos os lados do debate estamos nos referindo talvez a uma prática inevitável de significação, de demarcação e de delimitação daquilo ao qual nós, então, nos “referimos”, de modo que nossas “referências” sempre pressupõem – e muitas vezes ocultam – essa delimitação prévia? Com efeito, “referir-se”

ingênua ou diretamente a tal objeto extradiscursivo exigirá sempre a delimitação prévia do âmbito extradiscursivo. E na medida em que ele é delimitado, o discursivo estará delimitado pelo próprio discurso do qual pretende se libertar. Essa delimitação, que muitas vezes é representada como um pressuposto não teorizado em qualquer ato de descrição, marca uma fronteira que inclui e exclui, que decide, por assim dizer, o que vai e não vai ser o caráter do objeto ao qual então nos referimos. Essa marcação terá alguma força normativa e, de fato, alguma violência, pois só pode construir mediante apagamento; ela só pode delimitar algo pela imposição de determinado critério, um princípio de seletividade.

O que vai e o que não vai ser incluído no interior das fronteiras do “sexo” será definido por uma operação mais ou menos tácita de exclusão. Se colocamos em questão o caráter fixo da lei estruturalista que divide e limita os “sexos” em virtude de sua diferenciação binária dentro da matriz heterossexual, faremos isso a partir de regiões exteriores àquelas fronteiras (não de uma “posição”, mas das possibilidades discursivas abertas pelo exterior constitutivo das posições hegemônicas), o que constituirá o retorno disruptivo dos excluídos de dentro da própria lógica simbólica heterossexual.

A trajetória deste texto, então, perseguirá a possibilidade de tal ruptura, mas procederá indiretamente, respondendo a duas questões inter-relacionadas que têm sido colocadas na conta do construtivismo de gênero – não para defender o construtivismo em si, mas para interrogar as supressões e exclusões que constituem seus limites. Essas críticas consideram que, incorporado na gramática recebida, há um conjunto de oposições metafísicas entre o materialismo e o idealismo que, como logo argumentarei, estão sendo criticamente redefinidas por um revisionismo pós-estruturalista da performatividade discursiva tal como esta opera na materialização do sexo.

## PERFORMATIVIDADE COMO CITACIONALIDADE

Quando, na linguagem lacaniana, diz-se que alguém assume um “sexo”, a gramática da frase cria a expectativa de que existe um “alguém” que, ao despertar, reflete e delibera sobre o “sexo” que assumirá nesse dia, gramática essa em que a “assunção” é rapidamente assimilada à noção de uma escolha bastante refletida. Mas, se o que *impõe* essa “assunção” é um aparato regulador da heterossexualidade e uma assunção que é reiterada com a produção forçada do “sexo”, trata-se portanto de uma “assunção” de sexo forçada desde o princípio. E se existe uma liberdade de *agência*, ela deve ser encontrada, paradoxalmente, nas possibilidades que oferecem a apropriação obrigada da lei reguladora, a materialização dessa lei, a apropriação compulsória e a identificação com tais demandas normativas. A formação, a elaboração, a orientação, a circunscrição e a significação desse corpo sexuado não constituirão um conjunto de ações realizadas em conformidade com a dita lei; pelo contrário, elas serão um conjunto de ações mobilizadas pela lei, pela acumulação de citações ou referências e pela dissimulação da lei que produz efeitos materiais, tanto a necessidade ativa daqueles efeitos como a contestação ativa de tal necessidade.

A performatividade não é, portanto, um “ato” singular, pois sempre é a reiteração de uma norma ou de um conjunto de normas, e na medida em que adquire a condição de ato no presente, ela oculta ou dissimula as convenções das quais é uma repetição. Além disso, esse ato não é primariamente teatral; de fato, sua aparente teatralidade é produzida na medida em que sua historicidade permanece dissimulada (e, reciprocamente, sua teatralidade ganha certa inevitabilidade dada a impossibilidade de divulgar de forma plena sua historicidade). Na teoria dos atos de fala, a performatividade é a prática discursiva que realiza ou

produz aquilo que nomeia.<sup>9</sup> Segundo a interpretação bíblica do performativo, por exemplo, “Faça-se a luz!”, pareceria que um fenômeno é convocado à existência *em virtude do poder de um sujeito ou de sua vontade*. Em uma reformulação crítica do performativo, Derrida esclarece que esse poder não é função de uma vontade originadora, mas é sempre derivativo:

Poderia um enunciado performativo ter sucesso se sua formulação não repetisse um enunciado “codificado” ou iterativo ou, em outras palavras, se a fórmula que pronuncio a fim de abrir uma reunião ou de inaugurar um navio ou de celebrar um matrimônio não fosse identificável em conformidade com um modelo iterável, se ela não fosse identificável de alguma forma como uma “citação”? [...] Em tal tipologia, a categoria de intenção não desaparecerá; ela terá seu lugar, mas um lugar a partir do qual não poderá mais governar toda a cena e o sistema da enunciação.<sup>10</sup>

9 Ver J. L. Austin, *How to Do Things With Words* (J. O. Urmson; Marina Sbisà (orgs.). Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1955) [*Quando dizer é fazer – palavras e ação*, trad. Danilo Marcondes de Souza Filho. Porto Alegre : Artes Médicas, 1990] e *Philosophical Papers* (Oxford: Oxford University Press, 1961), especialmente pp. 233-252; Shoshana Felman, *The Literary Speech-Act: Don Juan with J. L. Austin, or Seduction in Two Languages*, trad. Catherine Porter (Ithaca: Cornell University Press, 1983); Barbara Johnson, “Poetry and Performative Language: Mallarme and Austin”, in *The Critical Difference: Essays in the Contemporary Rhetoric of Reading* (Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1980), pp. 52-66; Mary Louise Pratt, *A Speech Act Theory of Literary Discourse* (Bloomington: Indiana University Press, 1977); Ludwig Wittgenstein, *Investigações filosóficas* (Trad. de Marcos G. Montagnoli. Petrópolis: Vozes, 2014).

10 Jacques Derrida, “Signature, Event, Context”, in Gerald Graff (org.), *Limited, Inc.*, trad. de Samuel Weber; Jeffrey Mehlman. Evanston: Northwestern University Press, 1988, p. 18. [Ed. bras.: “Assinatura, acontecimento, contexto”, in: Jacques Derrida, *Limited, Inc.* Tradução Constança Marcondes Cesar. Campinas, SP: Papyrus, 1991].

Em que medida o discurso ganha a autoridade devida para tornar realidade aquilo que nomeia por meio de convenções da autoridade? E um determinado sujeito poderia se considerar o autor de seus efeitos discursivos uma vez que permaneça sem marca a prática citacional pela qual ele é condicionado e mobilizado? Na realidade, não poderia ocorrer que a produção do sujeito como originadora de seus efeitos seja precisamente uma consequência dessa citacionalidade dissimulada? Além disso, se um sujeito se torna sujeito ao sujeitar-se às normas do sexo, uma sujeição que requer assumir as normas de sexo, poderíamos ler essa “assunção” precisamente como uma modalidade desse tipo de prática citacional? Em outras palavras, a norma do sexo exerce sua influência na medida em que é “citada” como norma, mas também faz derivar seu poder das citações que impõe. Como poderíamos interpretar a prática de “citar” as normas do sexo como o processo de aproximar-se de tais normas ou de “identificar-se com elas”?

Além disso, em que medida, na psicanálise, o corpo sexuado é afiançado por meio de práticas identificatórias governadas por esquemas reguladores? Aqui a identificação é usada não como atividade imitativa, mediante a qual um ser consciente se modela à imagem e semelhança do outro; pelo contrário, a identificação é a paixão pela semelhança, mediante a qual emerge primariamente o eu.<sup>11</sup> Freud argumenta que “o Eu sobretudo corporal”,

11 Ver Michel Borch-Jacobsen, *The Freudian Subject*, trad. de Catherine Porter. Stanford: Stanford University Press, 1988. Enquanto Borch-Jacobsen, em uma teoria interessante de como a identificação precede e forma o eu, tende a afirmar a prioridade da identificação sobre qualquer experiência libidinal, eu insistiria que a identificação é em si mesma uma assimilação apaixonada ou libidinal. Sobre uma distinção útil entre um modelo imitativo e um modelo mimético de identificação, ver Ruth Leys, “The Real Miss Beauchamp: Gender and the Subject of Imitation”, in Judith Butler; Joan Scott (orgs.), *Feminists Theorize the Political* (New York: Routledge, 1992), pp. 167-214; Kaja Silverman, *Male Subjectivity at the*

que esse eu é, ademais, “a projeção de uma superfície”,<sup>12</sup> o que podemos caracterizar como uma morfologia imaginária. Em acréscimo, eu diria que essa morfologia imaginária não é uma operação pré-social ou pré-simbólica, mas que se trata de uma operação orquestrada por esquemas reguladores que produzem possibilidades morfológicas e inteligíveis. Esses esquemas reguladores não são estruturas atemporais, mas critérios de inteligibilidade historicamente revisáveis que produzem e conquistam os corpos que importam [*matter*].

Se a formulação de um eu corporal, uma sensação de contorno estável e o estabelecimento de um limite espacial se dão por meio de práticas identificatórias, e se a psicanálise documenta as formas hegemônicas de funcionamento de tais identificações, poderíamos, pois, interpretar que a psicanálise inculca a matriz heterossexual no nível da morfogênese corporal? O que Lacan chama de “assumir” a lei simbólica ou “aceder” à lei simbólica pode ser lido como uma espécie de *citação* da lei e, assim, oferece a oportunidade de relacionar a questão da materialização do “sexo” com a reformulação da performatividade como citacionalidade. Embora Lacan afirme que a lei simbólica tem uma hierarquia semiautônoma anterior ao momento de o sujeito assumir posições sexuadas, essas posições normativas, isto é, os “sexos”, só podem ser conhecidos por meio das semelhanças que causam. A força e a necessidade

---

*Margins* (New York: Routledge, 1992), pp. 262-270; Mary Ann Doane, “Misrecognition and Identity”, in Ron Burnett (org.), *Explorations in Film Theory: Selected Essays from Ciné-Tracts* (Bloomington: Indiana University Press, 1991), pp. 15-25; e Diana Fuss, “Freud’s Fallen Women: Identification, Desire and ‘A Case of Homosexuality in a Woman’”, *The Yale Journal of Criticism*, vol. 6, n. 1, 1993, pp. 1-23.

12 Sigmund Freud, “O eu e o id (1923)”, in *Obras completas, volume 16: O eu e o id, “autobiografia” e outros textos (1923-1925)*. Trad. de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. p. 32.

dessas normas (o “sexo” como uma função simbólica deve ser entendido como uma espécie de mandamento ou preceito) são, assim, funcionalmente *dependentes* da semelhança e da citação da lei; a lei sem sua aproximação do sujeito não é lei ou, mais precisamente, não é mais uma lei em vigor apenas para aqueles que a acatam na base de fé religiosa. Se o “sexo” é assumido da mesma forma que uma lei é citada – analogia à qual daremos ênfase mais adiante neste texto –, então, “a lei do sexo” é repetidamente fortalecida e idealizada como lei apenas na medida em que ela é reiterada como lei, em que é produzida como tal, como o ideal anterior e inaproximável, por meio das próprias citações que essa lei diz ordenar. Ao ler o significado de “assunção” em Lacan como citação, a lei já não se dá mais em uma forma fixa, *prévia* à sua citação, mas é produzida pela citação como aquilo que precede e excede as aproximações mortais que o sujeito realiza.

Dessa forma, a lei simbólica em Lacan pode estar sujeita ao mesmo tipo de crítica que Nietzsche formulou a respeito da noção de Deus: a força atribuída a esse poder prévio e ideal é derivada e desviada de sua própria atribuição.<sup>13</sup> Esse *insight* da ilegitimidade da lei simbólica do sexo aparece dramatizado em

13 Nietzsche argumenta que o ideal de Deus foi produzido na mesma medida como um sentido humano de fracasso e miséria e que a produção de Deus foi, de fato, a idealização que instituiu e que reforçou essa miséria; ver Friedrich Nietzsche, *Genealogia da moral: uma polêmica*, trad., notas e posfácio de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras: 2009, seção 20. O fato de que a lei simbólica em Lacan produza a “incapacidade” de aproximar os ideais sexuais incorporados e impostos pela lei é geralmente entendido como um sinal promissor de que a lei não é de todo eficaz, de que ela não constitui exaustivamente a psique de nenhum sujeito dado. No entanto, até que ponto essa concepção da lei produz o próprio fracasso que busca ordenar e mantém uma distância ontológica entre as leis e suas aproximações com falha, de modo tal que as aproximações desviantes não têm poder para alterar o funcionamento da própria lei?

certo ponto no filme *Paris Is Burning*: o ideal que se procura espelhar depende do próprio espelhamento entendido como ideal. E ainda que o simbólico pareça constituir uma força que não pode ser infringida sem psicose, ele deve ser repensado como uma série de injunções normatizantes que fixam os limites do sexo mediante a ameaça da psicose, da abjeção, da impossibilidade psíquica do viver. Além disso, essa “lei” só pode constituir-se como lei na medida em que impõe citações e aproximações diferenciadas chamadas de “femininas” e de “masculinas”. A suposição de que a lei simbólica do sexo goza de uma ontologia separada, anterior e autônoma a sua própria assunção torna-se impugnada pela noção de que essa citação da lei é em si mesma um mecanismo de sua produção e articulação. Assim, o que o simbólico “impõe” é uma citação de sua lei que reitera e consolida o estratagema de sua própria força. O que significaria “citar” a lei para produzi-la de forma diferente, “citar” a lei para poder reiterar e cooptar seu poder, para expor a matriz heterossexual e deslocar o efeito de sua necessidade?

O processo de sedimentação ou o que podemos chamar de *materialização* será uma espécie de citacionalidade, a aquisição do ser mediante a citação do poder, uma citação que estabelece uma cumplicidade originária com o poder na formação do “eu”.

Nesse sentido, a agência denotada pela performatividade do “sexo” será diretamente contrária a qualquer noção de um sujeito voluntarista que exista independentemente das normas reguladoras a que se opõe. O paradoxo de subjetivação como assujeitamento (*assujétissement*) é precisamente que o sujeito que resiste a tais normas é habilitado, quando não produzido, pelas mesmas normas. Embora essa restrição constitutiva não exclua a possibilidade de agência, ela a localiza como uma prática reiterativa ou rearticuladora, imanente ao poder, e não a considera como uma relação de oposição externa ao poder.

Como resultado dessa reformulação da performatividade, (a) a performatividade de gênero não pode ser teorizada independentemente da prática forçada e reiterativa dos regimes sexuais reguladores; (b) a capacidade de agência condicionada pelos próprios regimes do discurso/poder não pode ser confundida com voluntarismo ou individualismo, muito menos com consumismo, e de modo algum supõe a existência de um sujeito que escolhe; (c) o regime da heterossexualidade opera para circunscrever e contornar a “materialidade” do sexo, e essa “materialidade” é formada e sustentada à maneira e por meio de uma materialização de normas reguladoras que são em parte aquelas da hegemonia heterossexual; (d) a materialização de normas requer que ocorram esses processos identificatórios pelos quais normas são assumidas ou apropriadas, e essas identificações precedem e permitem a formação do sujeito, mas não são, estritamente falando, realizadas por ele; (e) os limites do construtivismo são expostos nesses limites da vida corpórea nos quais corpos abjetos ou deslegitimados deixam de ser considerados como “corpos”. Se a materialidade do sexo é demarcada no discurso, então, essa demarcação produzirá um domínio de “sexos” excluídos e deslegitimados. Por isso, é igualmente importante pensar sobre como e até que ponto os corpos são construídos e sobre como e até que ponto os corpos *não* são construídos, e, posteriormente, perguntar como os corpos que fracassam nessa materialização fornecem o “exterior” necessário, se não o apoio necessário, para os corpos que, na materialização da norma, se qualificam na categoria de corpos que importam [*matter*].

Como, então, é possível pensar como uma espécie de materialização governada por normas reguladoras a fim de verificar o funcionamento da hegemonia heterossexual na formação do que ela qualifica como um corpo viável? Como a materialização

da norma na formação do corpo produz um domínio de corpos abjetos, um campo de deformação que, ao não alcançar a condição de plenamente humano, fortalece essas normas reguladoras? Que desafio o domínio dos excluídos e abjetos produz a uma hegemonia simbólica que força a rearticular radicalmente aquilo que determina quais corpos importam [*matter*], quais modos de vida contam como “vida”, quais vidas vale a pena proteger e salvar, que vidas merecem ser enlutadas?

## TRAJETÓRIA DO TEXTO

Os textos que compõem o foco desta pesquisa vêm de diversas tradições de escritura: *Timeu*, de Platão, “Introdução ao narcisismo”, de Freud, escritos de Jacques Lacan, histórias de Willa Cather, o romance *Passing*, de Nella Larsen, o filme *Paris Is Burning*, de Jennie Livingston, e ensaios da teoria sexual e política recente, assim como textos de teoria democrática radical. A amplitude histórica do material não permite sugerir que um único imperativo heterossexual persista em cada um desses contextos, e sim apenas procura constatar que em cada um desses contextos a instabilidade que produz o esforço de fixar o local do corpo sexuado desafia os limites da inteligibilidade discursiva. O ponto aqui não consiste em apenas observar a dificuldade que implica determinar o lugar incontestável do sexo por meio do discurso. Ao contrário, o ponto é mostrar que a condição incontestável do “sexo” dentro da dicotomia heterossexual assegura o funcionamento de certas ordens simbólicas e que sua contestação coloca em questão onde e como os limites da inteligibilidade simbólica estão estabelecidos.

A primeira parte do livro diz respeito principalmente à produção das morfologias sexuadas por meio da aplicação de modelos

reguladores. Ao longo desses capítulos iniciais, procuro mostrar como as relações de poder trabalham na própria formação de “sexo” e de sua “materialidade”. O primeiro dos dois ensaios são esforços genealógicamente distintos para rastrear as relações de poder que perfilam corpos: “Corpos que importam” sugere que certas tensões clássicas são retomadas em posições teóricas contemporâneas. O ensaio considera brevemente Aristóteles e Foucault, mas, em seguida, oferece uma revisão da leitura de Platão feita por Irigaray por meio de uma consideração da *khōra* no *Timeu*. *Khōra* é o local onde a materialidade e a feminilidade parecem se fundir para formar uma materialidade anterior e formativa de qualquer noção empírica. No texto “O falo lébico e o imaginário morfológico”, tento mostrar como a heterossexualidade normativa modela um contorno corporal que vacila entre materialidade e imaginário e que, na verdade, é a própria vacilação em questão. Nenhum desses ensaios se destina a contestar a materialidade do corpo; ao contrário, juntos, constituem esforços genealógicos parciais e sobrepostos para estabelecer as condições normativas sob as quais a materialidade do corpo é enquadrada e formada e, em particular, como ela é formada por meio de categorias diferenciais do sexo.

No decorrer do segundo ensaio, outro conjunto de questões surge em relação ao problema da morfogênese: como as identificações trabalham para produzir e contestar o que Freud chamou de “eu corporal”? Como fenômeno projetado, o corpo não é meramente a fonte de questões de projeção, mas também é um fenômeno no mundo, um afastamento do próprio “eu” que o afirma. Na verdade, a assunção do “sexo”, a assunção de certa materialidade contornada, é em si mesma uma forma de dar a esse organismo a morfogênese que tem lugar mediante um conjunto de projeções identificatórias. Que esse corpo ao qual se “pertence” seja, até certo ponto, um corpo que ganha seus

contornos sexuados em parte sob condições especulares e exteriores sugere que os processos identificatórios são cruciais para a formação da materialidade sexuada.<sup>14</sup>

Essa revisão de Freud e Lacan continua no capítulo 3, “Identificação fantasmática e a assunção do sexo”. Nele, surgem duas preocupações de significado social e político: (1) se as projeções identificadoras estão reguladas pelas normas sociais, e se essas normas são interpretadas como imperativos heterossexuais, então parece que a heterossexualidade normativa é parcialmente responsável pelo tipo de forma que contorna a matéria corporal do sexo; e, (2) dado que a heterossexualidade normativa não é claramente o único regime operativo na produção de contornos corporais ou na fixação dos limites corporais de inteligibilidade, faria sentido perguntar quais outros regimes de produção regulatória contornam a materialidade dos corpos? Aqui pareceria que a regulação social de raça surge não só como outro âmbito do poder, completamente separável da diferença sexual ou sexualidade, mas que sua “adição” subverte os efeitos monolíticos do imperativo heterossexual tal como descritos até então. O simbólico – que registra a idealidade regulatória – é sempre uma atividade racial ou, mais precisamente, a prática reiterada de interpelações *racializantes*. Mais do que aceitar um modelo que entende o racismo como discriminação baseada em uma raça predeterminada, sigo as teorias recentes que têm sustentado que a “raça” é parcialmente produzida como um efeito da história do racismo, que suas fronteiras e significados são construídos ao longo do tempo não apenas a serviço do

14 No capítulo 2, tomo em consideração a crítica de Lacan, que ressalta as implicações limitadas e falocêntricas do modelo especular em “O estádio do espelho como formador da função do eu”, in *Escritos*. Trad. de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

racismo, mas também a serviço da contestação do racismo.<sup>15</sup> Ao rejeitar esses modelos de poder que reduziram as diferenças raciais a efeitos derivados da diferença sexual (como se a diferença sexual não fosse apenas independente em relação à articulação racial, mas de alguma forma precedente, em um sentido temporal ou ontológico), parece crucial repensar as cenas de reprodução e, portanto, de práticas sexualizadas não só como aquelas por meio das quais o imperativo heterossexual é inculcado, mas como aquelas por meio das quais os limites de

15 Ver Michael Omi; Howard Winant, *Racial Formation in the United States: From 1960s to the 1980s*. New York: Routledge, 1986. Ver também Anthony Appiah, “The Uncompleted Argument: Du Bois and the Illusion of Race,” in Henry Louis Gates, Jr. (org.), “Race”, in *Writing and Difference* (Chicago: University of Chicago Press, 1986), pp. 21-37; Colette Guillaumin, “Race and Nature: The System of Marks”, *Feminist Studies*, v. 8, n. 2, Autumn 1988, pp.25-44; David Lloyd, “Race Under Representation”, *Oxford Literary Review* 13, Spring 1991, pp. 62-94; Sylvia Wynter, “On Disenchanting Discourse: ‘Minority’ Literary Criticism and Beyond”, in: Abdul R. JanMohammed e David Lloyd (orgs.), *The Nature and Context of Minority Discourse* (New York: Oxford University Press, 1990), pp. 432-469.

Mais uma vez, alegar que a raça é resultado de uma produção, de uma construção ou mesmo que tem caráter fictício não é sugerir que ela seja uma construção artificial ou dispensável. Patricia Williams conclui *The Alchemy of Race and Rights* com uma frase que destaca que as construções retóricas de raça estão vivas: “A complexidade das mensagens implícitas no nosso ser” (Cambridge: Harvard University Press, 1991, p. 236). Em um pós-escrito intitulado “A Word on Categories”, ela comenta: “Enquanto ser negra tem sido a mais poderosa atribuição social na minha vida, trata-se apenas de uma de uma série de narrativas dirigentes ou ficções dominantes pelas quais estou constantemente me reconfigurando no mundo” (p. 256). Aqui a atribuição de ser negra constitui não só uma das muitas “ficções que presidem”, mas é uma ficção mobilizadora, uma ficção “por meio da qual” acontecem suas reconfigurações reflexivas. Aqui, a atribuição, embora fictícia, não está apenas “presidindo”, isto é, formando uma estrutura contínua e poderosa, mas é também, paradoxalmente e como uma promessa, um *recurso*, o meio *pelo qual* sua transformação se torna possível. Cito estas linhas aqui para sublinhar essa chamada raça a uma construção ou uma atribuição que de nenhuma maneira priva o termo de sua força na vida; pelo contrário, torna-se precisamente uma força dominante e indispensável nos discursos politicamente saturados em que o termo deve ser continuamente ressignificado contra seus usos racistas.

distinção racial são fixados, bem como contestados. Sobretudo para aquelas conjunturas em que a heterossexualidade compulsória trabalha a serviço das formas hegemônicas de manutenção de pureza racial, a “ameaça” da homossexualidade assume uma complexidade distinta.

Parece crucial resistir ao modelo de poder que tende a estabelecer racismo, homofobia e misoginia como relações paralelas ou análogas. A afirmação da equivalência abstrata e estrutural ignora as histórias específicas de sua construção e elaboração, além de atrasar o importante trabalho de pensar as maneiras em que esses vetores de poder se exigem e se implantam reciprocamente para alcançar sua própria articulação. Na verdade, talvez não seja possível pensar em alguma dessas noções ou em suas inter-relações sem uma concepção substancialmente revisada de poder, tanto nas dimensões geopolíticas como nos sucedâneos contemporâneos de sua circulação intersectante.<sup>16</sup> No entanto, qualquer análise que se pretenda capaz de abranger cada vetor de poder em função de outro sem dúvida se tornará vulnerável a críticas não apenas por ignorar ou desvalorizar os demais, mas porque sua própria construção depende da exclusão do outro para ocorrer. Além disso, qualquer análise que se

16 Ver Gayatri Chakravorty Spivak, “Scattered Speculations on the Question of Value” and “Subaltern Studies: Deconstructing Historiography,” in *In Other Worlds: Essays in Cultural Politics* (New York: Routledge, 1987); e “Can the Subaltern Speak?” in Cary Nelson; Lawrence Goldberg (orgs.), *Marxism and the Interpretation of Culture* (Urbana: University of Illinois Press, 1988); Tejaswini Niranjana, *History, Post Structuralism, and the Colonial Context* (Berkeley: University of California Press, 1992); Chandra Talpade Mohanty, “Cartographies of Struggle: Third World Women and the Politics of Feminism” e “Under Western Eyes: Feminist Scholarship and Colonial Discourses” in Chandra Mohanty; Ann Russo; Lourdes Torres (orgs.), *Third World Women and the Politics of Feminism* (Bloomington: Indiana University Press, 1991), pp. 1-80; Lisa Lowe, *Critical Terrains: French and British Orientalisms* (Ithaca: Cornell University Press, 1991).

pretenda capaz de abranger cada vetor de poder corre o risco de certo imperialismo epistemológico que consiste em supor que qualquer escritor pode representar e explicar as complexidades do poder contemporâneo. Nenhum autor ou texto pode oferecer tal reflexo do mundo, e aqueles que pretendem oferecer tais imagens tornam-se suspeitos por força dessa mesma alegação. Não obstante, o fracasso da função mimética tem seus próprios usos políticos, pois a produção de textos pode ser uma maneira de reconfigurar o que vai contar como mundo. Porque os textos não refletem a totalidade de seus autores nem de seus mundos, eles entram em um campo de leitura como provocações parciais, não apenas requerendo um conjunto de textos anteriores a fim de obter legibilidade, mas – na melhor das hipóteses – iniciando um conjunto de apropriações e críticas que põem em causa suas premissas fundamentais.

Essa demanda de refletir sobre o poder contemporâneo em sua complexidade e interarticulação permanece indiscutivelmente importante mesmo em sua impossibilidade. E, ainda assim, seria um erro impor os mesmos critérios a cada produto cultural, pois pode ser precisamente a parcialidade de um texto que condiciona o caráter radical de suas percepções. Tomar a matriz heterossexual ou a hegemonia heterossexual como ponto de partida implica correr o risco de estreiteza, mas permite uma ordem para poder finalmente apresentar sua aparente prioridade e autonomia como uma forma de poder. Isso acontecerá dentro do texto, mas talvez ocorra com mais eficácia em suas diversas apropriações. Na realidade, parece-me que se escreve em um campo de escrita que é invariável e promissora mais amplo e menos capaz de ser dominado do que aquele sobre o qual mantém-se uma autoridade provisória, que as reapropriações imprevistas de determinado trabalho em áreas para as quais nunca foi conscientemente pretendido são algumas das mais úteis. A problemática

política de operar dentro das complexidades do poder é apresentada ao fim da “Identificação fantasmática e a assunção do sexo” e continua na leitura do filme *Paris Is Burning* que exponho no capítulo 4, “*Gender is burning*: questões de apropriação e subversão”, e novamente no capítulo 6, “Passar-se, estranhar-se: o desafio psicanalítico de Nella Larsen”.

Na segunda parte do texto, dirijo-me primeiramente a uma seleção de ficções de Willa Cather nas quais considero como o simbólico paterno permite reterritorializações subversivas tanto do gênero quanto da sexualidade. Contra a visão segundo a qual a sexualidade pode ser totalmente dissociada do gênero, sugiro que a ficção de Cather encena certa transgressão de gênero que pode expressar um desejo indizível. As breves leituras da ficção de Cather, em particular “Tommy the Unsentimental”, “Paul’s Case” e partes de *Minha Antonia*, levantam a questão da possibilidade de ressignificação da lei paterna quando esta desestabiliza a operação de nomes e partes do corpo como locais de identificação e desejos cruzados. Em Cather, o nome gera desestabilização das noções convencionais de gênero e integridade corporal que simultaneamente desviam e expõem a homossexualidade. Esse tipo de astúcia textual pode ser lida como mais um exemplo do que Eve Kosofsky Sedgwick tem habilmente analisado como “epistemologia do armário”.<sup>17</sup> Em Cather, no entanto, a articulação discursiva do gênero está relacionada à narração e à possibilidade de atribuir forma narrativa ao desejo lésbico, de maneira que sua ficção coloque implicitamente em causa as formas específicas em que Sedgwick, em relação a Cather, sugeriu uma dissociação entre sexualidade e gênero.<sup>18</sup>

17 Eve Kosofsky Sedgwick, *Epistemology of the Closet*. Berkeley: University of California Press, 1990.

18 Eve Kosofsky Sedgwick, “Across Gender, Across Sexuality: Willa Cather and

A leitura de *Passing*, de Nella Larsen, considera a redescritção do simbólico como um vetor de imperativos de gênero e raça que põe em escrutínio a afirmação de que a diferença sexual é, em certo sentido, anterior às diferenciações raciais. No texto de Larsen, o termo *queer* destaca tanto as angústias raciais quanto as sexuais e obriga a uma leitura que pergunte como a regulação sexual opera por meio da regulação de limites raciais e como as distinções raciais operam para defender-se de certos perigos sociais trazidos pelas transgressões sexuais. O romance de Larsen oferece uma maneira de re teorizar o simbólico como um conjunto sexual de normas racialmente articuladas e de considerar tanto a historicidade de tais normas, seus locais de conflito e de convergência, como os limites de sua rearticulação.

Se a performatividade se constrói como esse poder que o discurso tem para produzir efeitos por meio de reiteração, como devemos entender os limites de tal produção, as restrições sob as quais ocorre essa produção? Esses limites sociais e políticos se aplicariam à possibilidade de ressignificação de gênero e raça, ou seriam esses limites que são, estritamente falando, excluídos do social? Devemos entender esse “exterior” como aquilo que resiste permanentemente à elaboração discursiva ou se trata de um conjunto de contorno variável e redefinido por investimentos políticos específicos?

A teoria inovadora do discurso político oferecida por Slavoj Žižek na obra *The Sublime Object of Ideology* retoma a questão da diferença sexual em Lacan em relação ao caráter performativo de significantes políticos. A leitura de sua obra e o ensaio subsequente sobre a ressignificação do termo *queer* são investigações sobre os usos e os limites da perspectiva psicanalítica para uma teoria da performatividade política e da contestação

---

Others”, *South Atlantic Quarterly*, vol. 88, n. 1, Winter 1989, pp. 53-72.

democrática. Žižek desenvolve uma teoria de significantes políticos como performativos que, ao converter-se em locais de investimento fantasmáticos, efetuam o poder de mobilizar politicamente os possíveis aderentes. Um aspecto central para a formulação de Žižek de política performativa é uma crítica à análise do discurso pelo fracasso em marcar o que resiste à simbolização, o que ele diversas vezes chama de “trauma” e “o real”. Ainda que instrutiva e inovadora, sua teoria tende a apoiar-se em um antagonismo sexual não problematizado que, involuntariamente, instala a matriz heterossexual como uma estrutura permanente e incontestável da cultura em que as mulheres operam como uma “mancha” no discurso. Aqueles que tentam colocar essa estrutura em causa estariam, então, discutindo com o real, com o que está fora de toda argumentação – o trauma e a necessidade de edipianização, que condiciona e limita todo o discurso.

Entretanto, os esforços de Žižek para relacionar o caráter performativo do discurso ao poder de mobilização política são muito valiosos. A ligação explícita que estabelece entre a teoria da performatividade e a da hegemonia, tal como é articulada na teoria democrática radical de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe, oferece boas ideias para a mobilização política interpretada com base em uma teoria psicanalítica da fantasia ideológica. Partindo de uma visão crítica da teoria de Žižek, considero, então, em que medida a performatividade poderia ser repensada como citação e ressignificação e até que ponto a psicanálise poderia conservar sua força explicativa numa teoria da hegemonia que não reifique nem a norma heterossexual, nem sua consequência misógina.

No capítulo final, sugiro que as práticas conflitivas de *queerness* podem ser entendidas não apenas como um exemplo de política citacional, mas como uma reformulação específica de abjeção dentro da agência política que poderia explicar por que

a “citacionalidade” consiste em uma promessa política contemporânea. A afirmação pública de *queerness* representa a performatividade como citacionalidade para propósitos de ressignificar a abjeção da homossexualidade a fim de transformá-la em desafio e legitimidade. Sustento que isso não precisa ser um “discurso inverso” no qual a afirmação provocadora do *queer* reinstala dialeticamente a versão que procura superar. Ao contrário, trata-se de uma politização da abjeção, em um esforço para reescrever a história do termo e para forçá-lo a uma rigorosa ressignificação. Tal estratégia, sugiro, é crucial para criar o tipo de comunidade em que seja possível sobreviver com aids, em que vidas *queer* se tornem legíveis, valiosas, dignas de apoio, em que paixão, ferida, sofrimento e aspiração se tornem reconhecidas sem que se fixem os termos de tal reconhecimento em mais uma ordem conceitual de falta de vida e rígida exclusão. Se há uma dimensão “normativa” para esse trabalho, ela consiste precisamente na assistência a uma ressignificação radical do domínio simbólico, desviando a cadeia citacional em direção a um futuro em que haja mais possibilidades de expandir o próprio sentido do que no mundo se considera um corpo valorizável e valioso.

Para que se possa reformular o simbólico como uma esfera capaz de efetuar esse tipo de ressignificação, será necessário concebê-lo como uma regulação da significação que varia no tempo, e não como uma estrutura semipermanente. Esse repensar do simbólico em termos de dinâmica temporal de discurso regulador levará muito a sério o desafio de Lacan às considerações anglo-americanas de gênero, para considerar a categoria de “sexo” como uma norma linguística, mas reformulará a normatividade em termos foucaultianos como um “ideal regulatório”. Adotando ainda as considerações anglo-americanas de gênero, este projeto visa desafiar a simetria estrutural da norma heterossexual segundo as considerações psicanalíticas, sem dispensar

o que é claramente valioso nesse saber. Na verdade, o “sexo” é um ideal normativo, uma materialização forçada e diferenciada dos corpos, que produzirá sua sobra, seu exterior, o que se poderia chamar de seu “inconsciente”. Essa insistência de que cada movimento formativo requer e institui suas exclusões dá particular importância ao vocabulário psicanalítico tanto da repressão como da forclusão.

Nesse sentido, discordo da consideração de Foucault sobre a hipótese repressiva ser meramente uma instância de poder jurídico, e argumento que tal representação não se dirige às formas em que a “repressão” opera como uma modalidade de poder produtivo. Pode haver uma maneira de submeter a psicanálise a uma redefinição foucaultiana, mesmo que o próprio Foucault tenha recusado tal possibilidade.<sup>19</sup> Este texto aceita como ponto

19 Foucault argumenta que a psicanálise sustenta uma lei repressiva que é jurídica em sua forma, ou seja, negativa, regulamentar e restritiva. E ele se pergunta se, quando falamos que o desejo está “reprimido” pela lei, este não é, em si, o efeito, o produto, o resultado dessa lei. A caracterização ligeiramente velada de Foucault sobre “a lei do desejo” em Lacan não leva em conta os efeitos geradores dessa lei dentro da teoria psicanalítica. Na caracterização da psicanálise a seguir, Foucault argumenta que o mesmo modelo de poder pode ser encontrado nas posições psicanalíticas que atribuem a condição pré-discursiva à sexualidade reprimida e àqueles que compreendem o próprio desejo como *efeito* da proibição:

“[...] o que distingue uma análise da outra, a que é feita em termos de repressão dos instintos e a que se faz em termos de lei do desejo é, certamente, a maneira de conceber a natureza e a dinâmica das pulsões; não é a maneira de conceber o poder. Uma como a outra recorre a uma representação comym do poder que, segundo o emprego que faz dele e a posição que se lhe reconhece quanto ao desejo, leva a duas consequências opostas: seja à promessa de uma “liberação”, se o poder só tiver um domínio exterior sobre o desejo, seja à afirmação – se for constitutivo do próprio desejo –, de que sempre já se está enredado.” Michel Foucault, *História da sexualidade 1: a vontade de saber*. Trad. de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. São Paulo: Paz e Terra, 2015. pp. 90-91.

de partida a noção foucaultiana de que o poder regulatório produz os sujeitos que controla, de que o poder, além de ser imposto de fora, trabalha como meio regulador e normativo pelo qual os sujeitos são formados. O retorno à psicanálise, então, é guiado pela questão de como certas normas reguladoras formam um sujeito “sexuado” em termos que tornam indistinguível a formação psíquica da corporal. E onde algumas perspectivas psicanalíticas localizam a constituição do “sexo” em um momento do desenvolvimento ou como efeito de uma estrutura simbólica quase permanente, entendo esse efeito constitutivo do poder regulador como reiterado e reiterável. Esse entendimento de

---

Foucault, então, caracteriza a lei lacaniana em termos de um ato performativo jurídico: “Ela fala e faz-se a regra” (ibid., p. 91), um ato “monótono”, “como que condenado a se repetir sempre” (ibid., p. 93). Aqui, Foucault supõe que essa repetição é uma repetição do que é autoidêntico. Assim, Foucault entende que as ações performativas e reiteradas da lei lacaniana devem produzir sujeitos uniformes e homogêneos; os “sujeitos” normalizados da repressão.

Mas, em Lacan, a repetição não é subjetivadora no sentido sugerido por Foucault. Na verdade, a repetição não é apenas a marca que, em algum sentido, fracassou em realizar a subjetivação, mas é em si mesma um exemplo a mais desse fracasso. Aquilo que se repete no sujeito é aquilo que é radicalmente excluído da formação do sujeito, aquilo que ameaça a fronteira e a coerência do próprio sujeito.

Dessa forma, Lacan segue a análise que Freud faz da compulsão à repetição em *Além do princípio do prazer*. Nesse texto, Freud argumenta que certas formas de compulsão à repetição não poderiam ser entendidas como tendências a serviço de uma fantasia de *dominar* o material traumático, e sim que estão a serviço de uma pulsão de morte que procura desfazer ou desinvestir o próprio eu. Em Lacan, a repetição é precisamente aquilo que compromete a fantasia de domínio associada ao eu, uma “*resistência do sujeito*” (p. 53). Ele descreve esse esforço para recuperar o lugar fantasiado antes da formação do eu como o objetivo da repetição, em que a repetição é a descontinuação do eu: “A repetição aparece primeiro numa forma que não é clara, que não é espontânea, como uma reprodução, ou uma presentificação, *em ato*” (p. 52). Que cada ato seja, em certo sentido, uma repetição do que é *irrecuperável* torna-se claro na frase seguinte: “[...] um ato, um verdadeiro ato, tem sempre uma parte de estrutura, por dizer respeito a um real que não é evidente.” (Jacques Lacan, *O seminário, livro 11: Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise* (1964). Versão brasileira de M. D. Magno. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988. p. 52)

poder como uma produção forçada e reiterativa é crucial para acrescentar que o poder também funciona mediante a exclusão de efeitos, a produção de um “exterior”, um domínio inabitável e ininteligível que circunda o domínio dos efeitos inteligíveis.

Até que ponto o “sexo” seria uma produção obrigatória, um efeito forçado, algo que estabelece os limites para o que será qualificado como um corpo pela regulação de termos pelos quais corpos são e não são suportados? Meu propósito aqui é entender como o que foi excluído ou banido do próprio domínio de “sexo” – domínio esse garantido por um imperativo heterossexual – pode de uma só vez ser produzido como um retorno destabilizador, não apenas como contestação *imaginária* que efetua o fracasso no funcionamento da lei inevitável, mas como rompimento habilitador, a ocasião para rearticular radicalmente o horizonte simbólico em que alguns corpos começam a importar [*matter*] mais do que outros.

**DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)  
DE ACORDO COM ISBD**

---

B985c Butler, Judith

Corpos que importam / Judith Butler ; tradução  
de Veronica Daminelli, Daniel Yago Françaoli. - São Paulo :  
n-1 edições ; Crocodilo Edições, 2019.  
400 p. ; 14cm x 21cm.

Tradução de: Bodies that matter  
Inclui índice.

ISBN: 978-65-81097-04-2

1. Gênero. 2. Corpo. I. Daminelli, Veronica. II.  
Françaoli, Daniel Yago. III. Título.

2019-1980

CDD 306.43

CDU 316.7

---

**ELABORADO POR VAGNER RODOLFO DA SILVA - CRB-8/9410**

**ÍNDICE PARA CATÁLOGO SISTEMÁTICO:**

1. Gênero 306.43
2. Gênero 316.7



Reivindicar que sexo é desde sempre gênero, desde sempre construído, ainda não é o mesmo que explicar de que forma a "materialidade" do sexo é produzida à força. Quais são as limitações pelas quais os corpos são materializados como "sexuados" e como devemos entender a "questão" [matter] do sexo, e dos corpos de modo mais geral, como a circunscrição repetida e violenta da inteligibilidade cultural? Quais corpos importarão [matter] - e por quê?

Ofereço este texto, então, em parte como forma de reconsiderar algumas seções de meu livro *Problemas de gênero* que causaram confusão, mas também como um esforço para pensar mais sobre o funcionamento da hegemonia heterossexual na criação de matérias [matters] sexuais e políticas. Como uma rearticulação crítica de várias práticas teóricas, incluindo os estudos feministas e *queer*, esta obra não pretende ser programática. E, ainda, como uma tentativa de esclarecer minhas "Intenções", ela também parece destinada a produzir novos conjuntos de mal-entendidos. Espero que, ao menos, eles se provem produtivos.

ISBN 9786581097042

